

A relação artesãos x trabalho em Nova Porto XV – Bataguassu (MS)¹

Victor Callil*

Eduardo Romero de Oliveira**

Resumo

Com a construção da Usina Hidrelétrica Engenheiro Sérgio Motta em Porto Primavera — Rosana (SP) —, muitos municípios que margeiam o Rio Paraná sofreram conseqüências sociais, econômicas e ambientais. Para compensar os possíveis danos causados, a CESP (Companhia Energética de São Paulo) atuou de diversas formas nos municípios atingidos, tanto no estado de São Paulo como no de Mato Grosso do Sul. Este artigo é resultado de um trabalho de pesquisa que buscou conhecer os processos de elaboração, aplicação e posterior proveito de uma das obras de compensação efetuadas pela empresa em Bataguassu (MS): o artesanato em Nova Porto XV, distrito do município. Busca-se entender qual é o aproveitamento turístico dessa atividade e qual o retorno econômico para os moradores da vila.

Palavras-chave: artesanato, identidade, turismo, realidade

Abstract

The construction of Hydroelectric Power Station Eng. Sérgio Motta in Porto Primavera — Rosana (SP) resulted in social, economics and environmental consequences for some cities in the edge of Paraná's river. To compensate the possible caused damage, the CESP (Companhia Energética do Estado de São Paulo) acted in diverse ways in the reached cities in states of São Paulo and Mato Grosso do Sul. This article is a result of a research that seek to know the development processes, diligence and posterior advantage of one of the workmanships compensation effect done by the company in Bataguassu (MS), the craftwork in Nova Porto XV, district of the city. The objective is to understand which is the tourist exploitation of this activity and which is this economic return for the inhabitants of the village.

Key words: craftwork, identity, tourism, reality

1. Introdução

O objetivo deste trabalho é conhecer os processos de elaboração, aplicação e posterior proveito de uma das obras de compensação efetuadas pela empresa em Bataguassu (MS): o artesanato em Nova Porto XV, distrito do município. Busca-se entender qual é o

¹ Este projeto contou com o apoio da Fapesp.

* Discente do Curso de Turismo da Universidade Estadual Paulista (UNESP) do campus de Rosana. Endereço: Av. dos Barrageiros, S/N Primavera – SP. Fone: (18) 32849200 / 32840200. Email: vcallil@hotmail.com

** Doutor pela USP e professor assistente no Curso de Turismo da Universidade Estadual Paulista (UNESP). Endereço: Av. dos Barrageiros, S/N Primavera – SP. Fone: (18) 32849200. Email: eduardo@rosana.unesp.br

aproveitamento turístico dessa atividade e qual o retorno econômico para os moradores da vila. No decorrer do texto, serão apresentados: um breve resumo histórico sobre o surgimento de Nova Porto XV, a metodologia, alguns trabalhos que abordam o tema e os motivos pelos quais se realizou esta pesquisa.

Vale lembrar que o distrito de Nova Porto XV de Novembro localiza-se no município de Bataguassu, na região sudeste do estado do Mato Grosso do Sul beirando o rio Paraná e fazendo divisa com o estado de São Paulo, na região do município de Presidente Epitácio.

Os primeiros homens a ocuparem essas terras participavam de uma expedição liderada por Manuel da Costa Lima, que tinha como objetivo criar uma via de ligação entre Campo Grande e o estado de São Paulo. Em 1904, chegaram à foz do rio Pardo, no rio Paraná, onde encontraram um local apropriado para um porto fluvial. Esse fato deu origem ao nome do distrito que, anos mais tarde, seria deslocado da área inicial em razão do alagamento do rio.

A primeira família a ocupar a região foi, portanto, a de Manuel da Costa Lima, em 1906, que se compunha dele, da esposa Dona Maria Luiza Nogueira, dos filhos — José, Luciano, Deocleciana, Laurentino, Ovídia, Teodomira, Eleonora, Izarina, Rogaciana — e do sobrinho Joaquim. Inicialmente habitaram um lugar que chamavam de Sapé. Com o passar do tempo, surgiram novas fazendas na região: a primeira delas chamava-se “Fazenda Uerê”. Em 1927, a Companhia de Viação São Paulo–Mato Grosso comprou de Manuel da Costa Lima a concessão do Porto XV de Novembro, vinte léguas de terras e a lancha “Carmelita” que servia para a travessia de boiadas entre os dois estados (GODOY, 2002).

Em 1932, a Companhia de Viação São Paulo–Mato Grosso e seus bens foram vendidos a Jan Antonin Bata, estrangeiro nascido na Checoslováquia, conhecido pelo seu sucesso no comércio de calçados. Bata saíra de seu país durante a Segunda Guerra Mundial, exilando-se primeiramente nos Estados Unidos, de onde veio para o Brasil. Em 1941, já havia instalado sua primeira indústria de calçados no município de Batatuba no estado de São Paulo: primeiro município por ele criado na nova terra. Em 1942, decidiu criar uma cidade nas terras adquiridas por meio da compra da Companhia São Paulo–Mato Grosso, no divisor das águas dos córregos Guassu e Sapé, próximo ao rio Pardo. Fez o planejamento urbano e rural da cidade, construiu as primeiras casas, que eram destinadas aos seus funcionários, um armazém, um pequeno templo católico, uma serralheria (que fornecia energia elétrica), uma cerâmica, uma leiteria e, mais tarde, uma granja. Assim, pode-se considerar Jan Antonin Bata como o fundador do município de Bataguassu (SILVEIRA, 1998).

No final da década de 1970, início dos anos 1980, inicia-se a construção da UHE Engenheiro Sérgio Motta, no município de Rosana, mais especificamente na região de Porto Primavera. O alagamento de pontos do rio Paraná decorrente da construção da barragem afetou algumas cidades ribeirinhas; uma delas foi Bataguassu, no distrito Porto XV. Essas inundações resultaram em diversas realocações dos povoados que viviam próximos, ou até mesmo beirando o rio Paraná. Em decorrência, surgiu Nova Porto XV, visando a recolocar as pessoas da antiga Porto XV que ficaram desabrigadas. (SILVEIRA, 1998).

Dessa forma, construiu-se, em 1991, Nova Porto XV, a 12 quilômetros da sede municipal de Bataguassu. Organizou-se uma comissão para acompanhar a construção que contou, desde o início, com a participação dos moradores. É importante ressaltar que Nova Porto

XV tem uma área de cerca de um milhão de metros quadrados e conta com infra-estrutura completa para a formação de um núcleo urbano: escolas, hospital, rede comercial, centros comunitários, centros esportivos.

O antigo núcleo de Porto XV era habitado, em sua maioria, por pescadores ou pessoas que viviam da atividade pesqueira. Com sua realocação para uma área diferente, não tão distante do rio, mas que proporciona dificuldades de locomoção, a atividade pesqueira diminuiu bastante. A CESP, como forma de compensar ou ocupar o número de pessoas inativas, contratou o SEBRAE para ministrar um curso de artesanato na cidade. As pessoas poderiam, assim, manufaturar algumas peças, usando como modelo os animais do pantanal, e vendê-las aos turistas que passassem pela vila, já que Nova Porto XV é atravessada pela BR 267.

1.1 Metodologia aplicada

Para viabilizar a pesquisa, dividiu-se o trabalho em duas etapas. Na primeira, realizou-se uma visita de campo a fim de aplicar questionários socioeconômicos aos artesãos e entrevistá-los em Nova Porto XV, com o intuito de se descobrir qual a relação entre eles e as peças produzidas e entre as peças e o meio em que vivem. O objetivo, nessa etapa, foi verificar a existência de algum tipo de relação de identidade entre os artesãos e o produto do trabalho, visto que a atividade lhes foi ensinada para que se profissionalizassem, portanto não nascera no seio da comunidade, isto é, não passara de geração em geração. Na segunda etapa da pesquisa, foi necessário entrar em contato com representantes da CESP e do SEBRAE (órgãos responsáveis pelos cursos ministrado à comunidade), abordar o tema “inclusão social” e fazer uma reflexão mais elaborada do termo “identidade” (no artigo está apresentada de forma resumida) para que se pudesse compreender como esse tipo de relação (de identidade) pode ser criado ou não entre os artesãos, seus trabalhos e o meio em que vivem.

2. Características do artesanato em Nova Porto XV

Foram entrevistados dez artífices: um na oficina, outra em casa, mais um na loja e sete nos locais de venda — barracas montadas à beira da estrada.

O questionário socioeconômico e a entrevista apontaram que o rendimento proveniente do artesanato é maior do que o de suas atividades anteriores. O artesanato em Nova Porto XV é, pois, lucrativo para essas pessoas, pelo fato de haver uma reserva de argila o que lhes facilita a aquisição de matéria-prima.

É importante lembrar que o distrito é conhecido regionalmente pela confecção de artesanatos. Os artesãos locais não produzem apenas para vender na rodovia ou nas lojas que ali existem. Alguns conseguem uma renda superior a mil reais, produzem artesanatos por encomenda em atacado para pessoas de fora que os revendem em diferentes cidades de diversos estados, com ênfase para Mato Grosso do Sul e São Paulo.

Quando perguntados sobre a renda resultante do artesanato, ficou muito clara a relação existente entre ensino e renda. Os artesãos que têm maior grau de estudo são os que conquistam clientes fixos, que encomendam por atacado as peças para vendê-las em outras cidades; já os de menor grau de instrução, em geral, são os que vendem apenas à beira da estrada, ou até mesmo em casa.

Por meio de relatos, foi possível verificar que não há uma insatisfação por parte dos artesãos quanto à atividade de produção de artesanato, já que, quando questionados sobre abandonar o artesanato para voltar à atividade anterior, a maioria respondeu que não o faria, alegando as condições de trabalho e renda que o artesanato proporciona e a possibilidade de eles poderem ficar mais tempo em casa e dividir o trabalho com os familiares.

Um grande problema que se pôde observar é o fato de o trabalho manual não ter um passado, o que faz com que o produto a ser vendido não agregue um valor histórico. Como se trata apenas de uma representação, a venda em Nova Porto XV, ou em qualquer outro lugar do País, tem o mesmo valor para o comprador, já que o pantanal é um símbolo nacional e, dificilmente, é associado apenas à região centro-oeste (que é o lugar onde se encontra). Um exemplo bastante pertinente de artesanato que possui um legado histórico é a tecelagem manual no Triângulo Mineiro (MAUREAU, 1986), que se caracteriza por ser um trabalho exclusivo de mulheres que utilizam técnicas passadas de geração a geração. Segundo o autor, existem três tipos de tecelagem: a tecelagem destinada a si (em que as mulheres produzem para uso próprio); a destinada aos outros (que são as peças fabricadas para serem usadas pelos amigos ou pela própria família); e a destinada à venda (que são as peças fabricadas com o fim comercial). O peso do trabalho artesanal para uso próprio ainda era muito grande, o que auxiliava a sustentar suas características originais. Em alguns casos, o autor chegou a tentar comprar algumas rendas que observou em sua pesquisa de campo, mas as próprias mulheres se negavam a vendê-las por causa do valor familiar impresso naquelas peças.

Nessas circunstâncias, não é de se estranhar que tenhamos encontrado as maiores dificuldades para convencer mulheres com um enxoval de mais de 30 cobertores a nos ceder uma peça sequer, e que algumas tenham se mantido irredutíveis, mesmo diante das elevadas quantias de dinheiro que lhes oferecíamos em troca — apesar de estarem visivelmente passando por dificuldades financeiras. Por que se separar de um cobertor que nunca foi para ser vendido, que é, não raro, um dos únicos bens deixados por sua mãe ou um dos poucos presentes recebidos de sua madrinha, que é tão difícil tecer ou mandar tecer nos dias de hoje, que é parte de uma verdadeira coleção e do dote que é preciso levar? Em resumo, uma série de argumentos sobre os quais nossa racionalidade econômica tem evidentemente pouquíssima influência (MAUREAU, 1986, p. 58).

Além de produzirem para o próprio uso e para familiares e amigos, as rendeiras vendiam seus trabalhos para serem comercializados em diversas outras cidades e estados, como São Paulo, Rio e Brasília. Apesar das grandes diferenças entre os dois tipos de trabalho, é possível fazer uma analogia com o artesanato de Nova Porto XV quando se avalia a identidade com o trabalho e a comercialização do trabalho. Em Nova Porto XV, a relação que os artesãos têm com o trabalho é mais superficial, em razão da característica econômica implícita no mesmo pela visão do artesão. No setor comercial, os dois produtos (tanto as rendas do Triângulo Mineiro como o artesanato de Nova Porto XV) são vendidos em diversos estados do País, o que faz com que, tendo ou não uma característica cultural forte, os dois trabalhos revelem uma característica econômica e explorem isso de forma satisfatória para a comunidade artesã.

2.1 Inclusão social, identidade e o trabalho artesanal em Nova Porto XV

O artesanato, em Nova Porto XV, caracteriza-se como uma atividade estritamente comercial, o que foi ratificado pelo representante do Sebrae durante a entrevista, na qual se referia ao artesanato como uma atividade promissora e bastante lucrativa, caso os artesãos soubessem lidar com ela. Por conta disso, buscou-se a formação da identidade humana, em relação ao meio e aos grupos de convivência, acreditando ser esse o caminho para que se entenda porque, ali, o artesanato é tratado de forma amadora e mal organizada.

O artesanato em Nova Porto XV, como constatado durante a realização da primeira etapa da pesquisa, é realizado de forma conjunta entre o artesão e os componentes da família. Ao escrever o prefácio do livro de Elizabeth Bott (1976), Max Gluckman aborda a temática da rede familiar: o modo como ela se forma e como influencia a vida dos cônjuges. O autor propõe a idéia de que a aproximação entre os membros da família resulta em uma “malha fina” de relacionamentos, em que ocorre mais entrosamento entre os familiares que, muitas vezes, participam do mesmo ciclo social: trabalho, lazer ou até mesmo em casa (GLUCKMAN *apud* BOTT, 1976). Quando esse relacionamento é mais distante, o autor denomina-o de “malha frouxa”, isto é, os integrantes da família não têm o costume de participar das mesmas atividades juntos. Segundo o autor, esse tipo de relacionamento, por ser mais distante, dificulta a existência de conflitos na família. Trazendo essa idéia para a realidade de Nova Porto XV, pode-se dizer que o artesanato é um veículo de produção de uma “malha fina” no relacionamento das famílias dos artesãos, visto que eles trabalham juntos para o sustento familiar e, além disso, o trabalho realiza-se em casa.

Outro tema abordado na pesquisa foi a “inclusão social”, partindo de textos de José de Souza Martins, que aborda essa temática na óptica de “inclusão perversa” (MARTINS, 1997). Num determinado ponto do texto, o autor explica a idéia de que não existe exclusão. Vale observar que, ao analisá-la, fica a impressão de que rotula como “excluídos” aqueles que são vítimas de processos sociais, políticos e econômicos. É claro que existe o conflito pelo qual a vítima do processo excludente proclama seu inconformismo, seu mal-estar, sua revolta e suas reivindicações. Essas reações não se dão fora do sistema econômico vigente, por isso, pode-se dizer que é um equívoco rotulá-las como exclusão (MARTINS, 1997). A exclusão social para Martins está relacionada com a possibilidade de crescimento do indivíduo. Bens materiais, como televisão, alguns eletrodomésticos e outros produtos, já não são indicadores de desequilíbrio social, pois são acessíveis a muitas pessoas, inclusive às camadas menos favorecidas economicamente. É importante ressaltar que analisar um indivíduo pela quantidade de bens que ele possui é um método para descobrir se ele é pobre e não excluído, que são duas situações diferentes. Ao fazer isso, abandona-se a qualificação de pobreza e passa-se à de “exclusão”; ao fazer isso, pode-se afirmar que a pobreza mudou não apenas o modo, mas o âmbito e as conseqüências. Um exemplo disso é o empresário de uma multinacional que assiste à mesma novela que o residente da favela que sobrevive com um subemprego: ambos têm acesso à mesma informação, ao eletrodoméstico que tem a mesma função e assistem ao mesmo programa, no mesmo horário, porém seria até cômico dizer que os dois têm o mesmo nível social.

O passo inicial para a formação da identidade é, pois, a sociabilidade. O indivíduo não nasce membro da sociedade, mas com predisposição a sociabilizar-se e, ao fazê-lo, torna-se membro da sociedade. No decorrer de sua vida, porém, um dos fatores que mais influencia na formação de sua personalidade (entendendo personalidade como base para a formação de uma identidade) é a localização na estrutura social e o modo como isso é ensinado por meio da convivência no dia-a-dia com os pais (BERGER e LUCKMANN,

1999). Os autores ainda evidenciam a idéia do quanto essa convivência pode variar não apenas com a posição social da criança em relação à sua classe social, mas também em relação à cultura da qual essa criança faz parte:

Além disso, há uma grande variabilidade histórica na definição das etapas da seqüência da aprendizagem. O que é ainda definido como infância numa sociedade pode bem ser definido como o estado adulto em outra. E as implicações sociais da infância variam grandemente de uma sociedade para outra, por exemplo, no que se refere às qualidades emocionais, responsabilidade moral ou capacidade intelectual (BERGER e LUCKMANN, 1999, p. 183).

À medida que vai envelhecendo e criando seus grupos de convívio, a criança tende a reproduzir discursos e a identificar-se com determinados elementos, ou para fazer parte de determinado grupo, ou para ser aceita como um todo: “a identidade não é uma qualidade inerente a uma pessoa, ela nasce na interação com outros” (LOPES, 2002 *apud* SARUP, 1996, p. 15).

No decorrer da história, porém, a questão da identidade humana passou e passa por diversas fases, que modificam o modo como o homem lida com o mundo ao seu redor. Correntes de pensamento, costumes, conflitos e outras práticas levam o homem a uma mutação quase que imperceptível em curto prazo; mas, num intervalo de alguns anos, é notável a diferença. Como exemplo, vale citar a antiga Grécia onde a identidade estava no mundo das idéias: o mundo real era apenas uma representação do mundo das idéias (segundo a teoria do mundo das idéias de Platão). As recordações partiriam, portanto, de memórias que habitavam o mundo das idéias e não necessariamente de fatos ocorridos no mundo real: essas recordações eram fundamentais para a construção da identidade do indivíduo. Tempos depois, na Idade Média, a identidade humana estaria muito mais voltada para a imagem divina — a busca constante de Deus pelo homem — do que para a idéia de que o homem é o centro de sua própria personalidade (BUZZI, 2002).

Um dos temas também abordados, no contexto da identidade, é a tradição. As tradições de um determinado grupo influenciam diretamente sobre o modo como o indivíduo participa, observa e assimila o mundo a sua volta. Tradições que, em geral, são originais e permeiam por anos o grupo durante a história. Porém, com o decorrer dos anos, elas podem perder força e acabar por serem “substituídas” ou modificadas por outras mais modernas que podem alterar o sentido original. Porém não se pode confundir a adaptabilidade de uma determinada tradição com a “tradição inventada”: o fato de uma tradição moldar-se aos costumes atuais de uma sociedade não quer dizer, necessariamente, que ela tenha sido modificada em sua essência, pois é possível permanecer, em seus costumes, aspectos originais do grupo. O termo “tradição inventada” refere-se tanto a tradições que perderam seus aspectos originais e que, ao tentar-se remontá-los, tornam-se diferenciadas do passado, quanto a tradições inventadas por um determinado grupo de pessoas para sanar um problema maior (HOBSBAWN, 1997). A tradição sempre esteve presente também na vida política das sociedades e é, muitas vezes, determinante no modo como o grupo se identifica com o governo ou a nação. A exemplo disso, o autor cita o momento após a 1ª Guerra Mundial, tempo da história em que se iniciou com mais freqüência a invenção das tradições. “Grupos sociais inteiramente novos, ou velhos, porém totalmente transformados, exigiam novos instrumentos que assegurassem ou expressassem identidade e coesão social e que estruturassem relações sociais” (HOBSBAWN, 1997, p. 271). Esse tipo de sociedade tornava impraticáveis as formas de governos tradicionais da época; conseqüentemente,

houve uma invenção, consciente e deliberada, de tradições políticas para adequar-se às necessidades e às exigências da população.

Aliando-se a temática acima discutida ao trabalho em Nova Porto XV, torna-se importante citar conversas mantidas com os artesãos e outras pessoas da comunidade a respeito da qualidade de vida na vila e da vida na antiga Porto XV. Foram constatadas algumas impressões dos moradores sobre a nova vila financiada e construída pela CESP (com o auxílio dos próprios moradores). A antiga vila, por possuir uma história bastante recente, era constantemente fonte de lembranças para os moradores com que se conversou. As memórias deles em relação à antiga vila, ao trabalho lá exercido e ao cotidiano lá existente foram essenciais para compreender qual o contexto social em eles viviam. Aspectos culturais também foram por eles levantados; e um dos principais, o que ressalta a cultura de determinada população, são as memórias: não apenas as memórias coletivas, em que todo o grupo, ou grande parte dele, participava, mas também as memórias individuais trazidas na lembrança. Essas memórias individuais, quando fragmentadas na mente de seus “donos”, completam-se, em geral, pelas memórias coletivas, ou seja, em momentos em que a pessoa não se recorda de determinados detalhes de alguma situação, recorre ao todo (à memória coletiva) para situar-se nos fatos.

Consideremos agora a memória individual. Ela não está inteiramente isolada e fechada. Um homem, para evocar seu próprio passado, tem freqüentemente necessidade de fazer apelo às lembranças dos outros. Ele se reporta a pontos de referência que existem fora dele, e que são fixados pela sociedade. Mais ainda, o funcionamento da memória individual não é possível sem esses instrumentos que são as palavras e as idéias, que o indivíduo não inventou e que emprestou de seu meio (HALBWACHS, 1990, p. 54).

Ao analisar alguns relatos dos moradores, notou-se que a vida na antiga Porto XV não é um fator de influência no trabalho artesanal desenvolvido atualmente. A realidade é que o fim da antiga Porto XV é a principal razão pela qual os moradores se transformaram em artesãos, porém isso não significa que a condição de vida da população piorou. Aspectos sociais, como vizinhança, disposição do bairro, número de habitantes, com certeza se modificaram, mas, levando-se em conta os valores citados pelos moradores, não foram esses os principais agravantes para a evasão populacional da vila. O principal fato pelo qual as pessoas deixaram o lugar foi o desemprego gerado com o fechamento das olarias e a redução de peixes na região próxima à vila, no rio Paraná.

2.2 A percepção do SEBRAE e da CESP

Fábio la Puente é representante do Sebrae de Campo Grande–MS nas atividades de artesanato. É importante lembrar que foi essa a unidade responsável pelos cursos de capacitação em Nova Porto XV. Ele informou sobre o funcionamento dos cursos do Sebrae e o trabalho da instituição nas prefeituras, organizações e outras instituições.

O Sr. la Puente relatou que o Sebrae não costuma atuar sozinho nos cursos e nas palestras que ministradas. Em geral, surgem parcerias para que os custos dos cursos se reduzam ao máximo, tanto para o Sebrae quanto para os parceiros. A parceria não se resume apenas à divisão de custos, mas também às decisões que são decididas em grupo: por exemplo, o modo como o Sebrae vai atuar, o público alvo dos cursos, etc. Há casos também em que o Sebrae é contratado apenas para dar o curso, portanto prestando um só serviço.

Na parte operacional, os professores que ministram os cursos dados pela instituição fazem parte de um cadastro nacional do Sebrae, trabalham como uma espécie de *free-lancers* e são chamados sempre que há interesse na execução de alguma atividade.

Especificamente sobre Nova Porto XV, o Sebrae atuou no fomento de atividades. Não apenas ministrando cursos, mas também os expandindo ao máximo para a comunidade residente em Nova Porto XV. Foram realizadas oficinas técnicas e de *design* para ensinar as pessoas a fazerem o artesanato e aprimorar a produção das que já o faziam. Foram também oferecidos pelo Sebrae cursos gerenciais para que os artesãos soubessem lidar com os recursos. O Sebrae utiliza também um sistema de controle para saber quais atividades foram concluídas e quais não foram e como está o andamento dessas atividades; é o chamado GEOR — Gestão Estratégica Orientada para Resultados. As atividades de Nova Porto XV não fazem parte desse sistema, pois foram realizadas antes de ele entrar em atividade.

Na opinião do Sr. la Puente, mesmo com alguns erros cometidos pelo Sebrae (ele não soube definir com precisão quais), os cursos ministrados foram completos. Segundo ele, se a atividade não teve um futuro promissor deveu-se a um certo desinteresse da população. Outros aspectos que dificultaram muito o desenvolvimento da atividade foram a falta de escolaridade básica da população, que impossibilitou a assimilação de conteúdos do curso, principalmente no que dizia respeito ao manejo dos recursos (matéria-prima, oficinas), e a falta de organização dos próprios artesãos para a criação de associações.

Para contar sobre a realocação da CESP, foi entrevistado Frank Oliveira, um funcionário que participou de toda a atividade, desde os cursos até a realocação propriamente dita.

Inicialmente, o Sr. Oliveira relatou que a CESP trabalhava, em relação aos cursos, da seguinte forma: contratava uma pessoa que tinha o cargo de coordenadora de curso, a qual, por sua vez, indicava os professores que deveriam ser contratados. Porém esses profissionais não eram contratados diretamente pela CESP: esse órgão repassava o dinheiro para que a prefeitura do município os contratasse. Segundo o Sr. Oliveira, as prefeituras, em geral, contratavam um coordenador próprio e, então, os cursos funcionavam com dois coordenadores: um da CESP e um da prefeitura do município onde o curso estava sendo ministrado.

No caso de Nova Porto XV, foi contratada uma professora que veio de Botucatu (SP) para organizar cursos de artesanato. Os cursos eram realizados em locais chamados de “barracões”, e, para que funcionassem plenamente, existia um convênio entre a CESP e a prefeitura de Bataguassu. O Sr. Oliveira relatou também que, em Nova Porto XV, o Sebrae atuou mais na parte operacional, depois que o curso estava montado e pronto para funcionar.

É importante lembrar que o artesanato em forma de animais da região já era produzido, embora em baixíssima escala. Havia, antes do início do curso de artesanato, três pessoas que faziam essas peças. A CESP então identificou a viabilidade do curso, tanto financeira quanto administrativa: se o curso teria condições de crescer, se poderia atender à população de Nova Porto XV e se seria uma boa alternativa econômica para as pessoas que perderam o emprego com a realocação ou, até mesmo, um complemento do rendimento familiar. Com a chegada da CESP, o Sr. Oliveira conta que cerca de 160 pessoas fizeram o curso de artesanato durante os cinco anos em que ele foi ministrado. O aluno que tinha um bom rendimento tornava-se monitor no grupo seguinte. Desde essa época acontecia (como

também se constatou durante as entrevistas da primeira etapa da pesquisa) que os artesãos que faziam o curso passavam a ensinar aos amigos e familiares como se produziam as peças. O trabalho artesanal de Nova Porto XV traz, assim, a idéia de redes familiares, revelada por Max Gluckman; contudo, a prática didática do multiplicador pode ser a explicação mais direta e simples para a difusão do artesanato na vila do que a noção de redes explicitada por Gluckman. O Sr. Oliveira acredita, porém, que somente cerca de cinqüenta das pessoas que fizeram o curso trabalham com artesanato até hoje.

É bom que se recorde que a técnica para fazer as peças já existia: não foi implantada uma técnica nova, apenas se aprimorou para que se enquadrasse no mercado. Não havia também nenhum processo para selecionar os alunos que participariam dos cursos. Eles eram abertos a toda comunidade, pois a intenção era atingir a parte da população que ficara desempregada com a realocação.

A prefeitura está fazendo pequenas lojas a cerca de cinqüenta metros da rodovia para que os artesãos possam vender seus produtos com uma segurança mínima. Esse remanejamento dos quiosques foi exigido pelo DNER — Departamento Nacional de Estradas de Rodagem. O Sr. Oliveira acredita que essa distância da rodovia vai fazer com que os artesãos vendam menos peças, pois esse tipo de produto é adquirido por impulso, isto é, o viajante vê, sente vontade de comprar e, instantaneamente, pára o carro. Com os artesanatos longe da pista, as pessoas não poderão observar as peças de dentro do carro e dificilmente sairão da pista para ir comprá-los.

Na antiga Porto XV, havia quatro olarias que empregavam muita gente, retirando material do leito do rio, sem nenhum tipo de fiscalização ambiental. Atualmente, existem apenas duas olarias, e uma já está praticamente parada. Segundo o Sr. Oliveira, a CESP prontificou-se a financiar um novo local para cada uma delas, em Nova Porto XV; porém os donos preferiram dinheiro, ignorando a oportunidade de continuar o negócio nos moldes legais (com fiscalização ambiental, sanitária e amparos da CESP). Quanto ao fato de os donos das olarias não aceitarem as propostas da Cesp, não se sabe realmente como foi o processo. A questão envolve diversos assuntos e, provavelmente, seria um tanto equivocado ter um posicionamento em relação a um episódio sobre o qual não há dados concretos.

O curso de artesanato, ministrado pela CESP e pelo Sebrae, tinha como principal público-alvo as pessoas que ficaram desempregadas após a realocação e que eram provenientes de qualquer ramo de atuação na antiga vila.

2.3 A questão da identidade local

No início da pesquisa, tinha-se a impressão de que Nova Porto XV fora vítima de todo o processo de construção e realocação decorrente da construção da Usina Hidrelétrica Engenheiro Sérgio Motta em Porto Primavera — SP. O estudo mostrou que isso não é uma verdade absoluta. Houve a realocação sim, muitas pessoas perderam as atividades e os sustentos, porém não se pode negar que houve uma série de melhorias. Na antiga Porto XV, as pessoas moravam em casas de madeira, não tinham uma rede coletora de esgotos nem água encanada e boa parte da vila não tinha luz elétrica. Trabalhavam de modo informal e, muitas vezes, o salário, embora existente, era muito baixo para o tipo de serviço realizado. Com a transposição da vila, as casas foram reconstruídas pela CESP em alvenaria, ganharam uma rede coletora de esgotos e água encanada, as ruas receberam asfalto e a vila ganhou aspectos de bairro, como demonstra Ricardo Santos em seu trabalho

sobre a qualidade de vida em Nova Porto XV (2005). Em contrapartida, a vida tornou-se mais difícil, pois muitos estabelecimentos que empregavam os moradores da vila foram fechados. O êxodo da vila foi muito grande em busca de empregos, e ela acabou tornando-se uma cidade-dormitório. Os que trabalham lá estão em pequenos comércios, na fábrica de velas ou na produção de artesanato.

O curso de artesanato foi uma idéia inicialmente promissora. O modo como ele decorreu foi muito interessante, com o empenho tanto da população quanto da CESP/Prefeitura. A mão-de-obra era autônoma, e a matéria-prima praticamente de graça, mas ainda faltou algo para que o curso abrangesse um número maior de pessoas, tendo, assim, a chance de consolidar-se e, possivelmente, de existir até hoje.

O fato é que a falta de um ensino primário de uma boa parte dos artesãos faz com que eles não saibam lidar com os recursos disponíveis. Assim, caem numa produção de subsistência. Porque o custo da fabricação da peça é muito baixo, o valor de venda também o é para garantir um mercado consumidor. A falta de educação primária dificulta o entendimento do artesão acerca do esquema de uma associação (idéia apresentada por um artesão durante a primeira etapa da pesquisa); dessa forma ele crê que a associação possa impedi-lo de vender suas peças ou vá controlar a venda.

A opinião do representante do Sebrae, no entanto, é um pouco diferente. Ele acredita que o artesanato, em Nova Porto XV, não se consolidou da forma esperada porque os artesãos não se dedicaram inteiramente ao curso e à produção das peças. Segundo ele, o Sebrae deu todas as ferramentas para que os artífices pudessem ter seus trabalhos reconhecidos mediante um preço justo. O problema talvez seja o fato de eles não terem domínio de todas essas ferramentas, pela falta de um ensino primário.

Outro aspecto fundamental para a venda dos artesanatos, — e, nesse ponto, aparenta ser uma desatenção total da CESP sobre o assunto — é a questão da identidade. Segundo Consuelo Dores Silva, a identidade surge com o processo de identificação do indivíduo com aqueles fatores considerados importantes em sua socialização (1995). A ênfase essencialmente econômica dada à produção de artesanatos na vila pode muito bem ser vista como uma falta de “conexão” com essa idéia. Trazendo para a realidade local, não houve um processo de identificação dos indivíduos para com o trabalho (que, nesse caso específico, talvez fosse essencial para que os artesãos tivessem plena noção daquilo que estavam fazendo e para quem o destinavam).

Beger e Luckman (1999), ao discutirem sobre os processos de socialização do indivíduo, explicam que, durante a socialização primária, as crianças absorvem elementos que são tidos como significativos. Por meio dessa identificação com outros significativos, a criança torna-se capaz de identificar a si mesma, de adquirir, pois, uma identidade subjetivamente coerente e plausível. Algumas pessoas, em Nova Porto XV, trabalham em família. A chance de as crianças dessa família, por meio de todo um processo, se identificarem em relação ao trabalho artesanal é muito maior do que as crianças da vila que só ajudam seus pais na venda das peças ou apenas os observam na produção, sem participar efetivamente dela. Talvez fosse interessante que, durante o ensino básico, elas pudessem aprender sobre elementos da região e, na escola, lhes oferecessem oficinas de educação artística com base em artesanatos em argila. A idéia não é sentenciar a criança que vive em Nova Porto XV a ser artesã. Diferentemente, existe a possibilidade pedagógica de, durante a socialização primária, propor trabalhos artesanais que “representem” a região. Isso incluiria a idéia de identificação em relação àqueles que, no futuro, pelo trabalho em Nova Porto XV,

representem de fato a região, concebendo imagens que simbolizarão seus moradores e a relação com o ambiente físico.

Em entrevista com os agentes, tanto da CESP quanto do Sebrae, nenhum deles mostrou ser relevante essa questão mais abstrata. Assim, as peças produzidas em Nova Porto XV representam a região, mas nunca as pessoas que as produzem. Todo o trabalho de produção não é revelado ao comprador das peças: onde são estocadas, como se dá o processo de modelagem, de queima, etc. A pessoa que compra a peça, muitas vezes, não sabe nem se o objeto foi ali produzido.

Afirmar o trabalhador como elaborador de uma determinada peça é valorizar não apenas o seu trabalho, mas a sua história e toda a trajetória de sua vida para que aquela peça fosse gerada. Para isso é necessário que esteja bem claro para o artesão que a peça por ele fabricada é resultado de uma história de anos, e, principalmente, consequência de mudanças de enormes proporções (que foram a construção da usina e a necessidade de realocação da vila). Assim, como explica Sylvania Garcia, “os homens fazem a história e a história revela verdades dos homens” (2004, p. 128). Os artesãos de Nova Porto XV possuem uma história coletiva muito rica em mudanças e reconstruções, e assimilar essa história ao trabalho artesanal de forma mais intensa por meio da identidade pode ser um veículo para encontrar “verdades” e fazer de toda essa história algo agregado à venda das peças.

3. Conclusões

Antes de iniciar a pesquisa, as expectativas quanto aos resultados eram outras. Com as discussões da primeira etapa e com a metodologia aplicada de entrevistas e questionários, observou-se um enorme vazio entre o artesão e seu trabalho, causado pela falta de uma relação mais intensa entre essas duas partes. Foi possível constatar também uma falta de relacionamento entre o artífice e o local onde mora: o que era até esperado, visto que a vila foi construída há pouco tempo. A identidade dos moradores com o local é um elemento fundamental para que possam representá-lo em suas peças.

Após a leitura dos textos da segunda etapa, que se concentraram nessa questão, é possível afirmar que ainda é muito cedo para “querer” encontrar essa relação. A falta de tempo, porém, não explica o descaso dos organizadores do curso de artesanato em argila com a questão da identidade, ou seja, mesmo que seja necessário um bom tempo para que as pessoas se relacionem com o local de forma mais intensa, seria fundamental o Sebrae e a Cesp trabalharem esse assunto no próprio curso por meio de métodos que incentivassem os artesãos a se questionarem sobre as suas peças e o que elas representam para eles e para os compradores.

Quanto à coleta de dados, ela funcionou dentro do esperado. Houve uma inversão, no entanto, na ordem em que foi feita, alteração que não prejudicou o andamento do trabalho. Talvez tenha sido até positivo, porque, ao realizar as entrevistas, constatou-se que o tema mais “difícil” de se abordar com os artesãos era a questão da identidade, para a qual serão concentrados mais esforços na segunda etapa.

Quanto às entrevistas com os representantes da Cesp e do Sebrae, foram bastante esclarecedoras quanto ao modo de funcionamento do curso de artesanato, aos objetivos do curso e às expectativas dos implantadores. O curso foi totalmente estruturado e pensado

pelos funcionários da Cesp, e o Sebrae atuou na parte prática do processo. A empresa foi contratada somente para aplicar o curso e desenvolver os *designs* das peças.

Conforme a bibliografia citada no decorrer deste texto, um dos fatores que mais influencia na formação de uma identidade é a convivência com o meio e com aqueles que dele fazem parte. As pessoas poderiam deixar de comprar as peças como enfeite se, em vez de simplesmente as adquirir, fossem convidadas a conhecer as oficinas de modelagem, os fornos que queimam a argila, as tintas utilizadas na pintura das peças, os materiais e os modelos, sem considerar as histórias que os artesãos poderiam vir a contar sobre a antiga e a Nova Porto XV. Tudo isso faria com que o turista lembrasse daquele artesanato não como um enfeite a mais, mas como a representação do local, de sua história e, até mesmo, de sua população. Logicamente, isso demandaria tempo para treinamento e capacitação na recepção de turistas, além de fluxo turístico contínuo; mas não se pode dizer que seja algo impossível. Até porque, do outro lado do rio Paraná, está Presidente Epitácio (SP), que é um grande centro receptor de turistas, em especial dos aficionados por pesca. Talvez, criando-se uma visitação às oficinas de artesanato, os próprios artistas se sentissem mais “íntimos” de suas peças, ainda que essa identidade seja “criada” com base na atividade turística.

Pensar, portanto, no turismo como uma alternativa para o artesanato em Novo Porto XV significa valorizar a produção local de maneira a incorporá-la a um mercado turístico já existente e com boas perspectivas de crescimento, fazendo com que a atividade tenha um significado concreto tanto para aqueles que produzem, como para os que possivelmente venham comprá-lo.

A análise, com base nesta pesquisa, revela que a utilização da produção artesanal em Nova Porto XV como fonte de renda, por meio da atividade turística, pode tornar-se uma alternativa viável, desde que se trabalhe com a população toda a parte histórica e cultural que foram deixadas de lado quando se ministraram os cursos pela CESP e pelo Sebrae. A parte técnica eles conhecem: aliá-la à história e à cultura local torna-se, pois, uma boa alternativa.

Referências bibliográficas

BERGER, Peter L. e LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade**. Petrópolis: Vozes, 1999.

BOTT, Elizabeth. **Família e rede social**. Trad. Mário Guerreiro. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976.

BUZZI, Arcângelo Raimundo. **A identidade humana, modos de realização**. Petrópolis: Vozes, 2002.

GARCIA, Sylvia Gemignani. Antropologia, modernidade, identidade: notas sobre a tensão entre o geral e o particular. São Paulo, **Tempo Social**, vol. 5. n.º 1-2, p. 123-43, 1993.

GODOY, Benedito de. **História de Presidente Epitácio**. Presidente Epitácio: [s.e.], 2002.

HALBWACHS, Maurice. Memória coletiva e memória histórica. *In*: [autor?] **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990, p. 53-89.

LOPES, Luís Prado da Moita. **Identidades fragmentadas: a construção discursiva de raça, gênero e sexualidade em sala de aula**. Campinas: Mercado das Letras, 2002.

MARTINS, José de Souza. **Exclusão social e a nova desigualdade**. São Paulo: Paulus, 1997.

MAUREAU, Xavier. Tecelagem manual no Triângulo Mineiro: uma política sistemática de inventário tecnológico. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, vol. 20, p. 56-63, 1986.

SANTOS, Ricardo dos. **Qualidade de vida na Nova Porto XV — Bataguassu — MS**. 2005. 132 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Geografia) na Universidade Estadual Paulista (UNESP), Presidente Prudente, 2005.

SILVA, Consuelo Dores. **Negro, qual é o seu nome?** Belo Horizonte: Maza, 1995.

SILVEIRA, Silzenando. **Às margens do rio Paraná**. 1998. Manuscrito.